

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202001/0334

Tipo Oferta: Mobilidade Interna

Estado: Expirada

Nível Orgânico: Ministério da Coesão Territorial

Orgão / Serviço: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Regime: Carreiras Gerais

Carreira: Técnico Superior

Categoria: Técnico Superior

Grau de Complexidade: 3

Remuneração: Posição remuneratória detida na situação jurídico-funcional de origem, com limite da 3.ª posição

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Caracterização do Posto de Trabalho: Técnico superior para a Divisão de Apoio Jurídico da Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local da CCDR-N, com as competências descritas no Despacho n.º 17802/2007 publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 155 de 13 de agosto, para exercer funções de apoio jurídico na área das contraordenações por infrações à legislação em vigor, nomeadamente em matéria de ambiente e ordenamento do território, designadamente: Promover a instrução de processos de contraordenação por infrações à legislação em vigor, nomeadamente em matéria de ambiente, ordenamento do território e conservação da natureza, na respetiva área geográfica. Acompanhar os processos de contencioso administrativo, contraordenacional e judicial, no âmbito da atividade da CCDR. Prestar apoio jurídico aos órgãos e serviços da CCDR, através da elaboração de pareceres e informações em matéria de ambiente e ordenamento do território.

Requisitos de Admissão

Relação Jurídica: CTFP por tempo indeterminado

- Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:**
- a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
 - b) 18 anos de idade completos;
 - c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
 - d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;
 - e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação Literária: Licenciatura preferencial em Direito

Grupo Área Temática

Direito, Ciências Sociais e Serviços

Sub-área Temática

Direito

Área Temática

Direito

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	1	Rua Rainha Dona Estefânia, n.º 251		4150304 PORTO	Porto	Porto

Total Postos de Trabalho: 1

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos: Conhecimentos especializados e experiência nas áreas de atuação da unidade orgânica, nomeadamente, em matéria de ambiente, ordenamento do território e conservação da natureza;
Conhecimentos de informática ao nível das ferramentas de Microsoft Office (nível intermédio /avançado).
Competências pessoais/comportamentais: responsabilidade e compromisso para com o serviço; tolerância à pressão e contrariedades; capacidade de organização, sentido crítico, relacionamento interpessoal; capacidade cooperação e de trabalho em equipa.

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: dscgaf@ccdr-n.pt

Contacto: 226 086 300 ou dscgaf@ccdr-n.pt

Data Publicitação: 2020-01-08

Data Limite: 2020-01-22

Texto Publicado

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social:

Texto Publicado em Jornal Oficial:

Observações

A candidatura deverá ser formalizada mediante requerimento dirigido ao Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, podendo ser entregue pessoalmente nas instalações da CCDDR-N na morada identificada no local de trabalho, durante o horário de atendimento (9h30 - 12h30; 14h - 17h); ou remetida por correio, registado com aviso de receção, para o mesmo endereço; ou ainda remetida por correio eletrónico para dscgaf@ccdr-n.pt até ao termo do prazo fixado.

A candidatura deve ser claramente identificada com a menção "Recrutamento por mobilidade – Divisão de Apoio Jurídico".

Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação completa do candidato – nome, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, número do cartão de cidadão/bilhete de identidade, número de contribuinte fiscal, telefone de contato, residência, código postal e endereço para o qual deverá ser remetida qualquer correspondência relativa ao procedimento (caso seja diferente da relativa à residência);
 - Habilitações literárias;
 - Carreira e categoria detida, organismo a cujo mapa de pessoal pertence, com indicação da unidade orgânica de afetação e, ainda, organismo onde exerce funções, e natureza do vínculo à Administração Pública.
- O requerimento deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:
- a) Currículo profissional detalhado, datado e assinado;
 - b) Declaração emitida e autenticada pelo serviço de origem, da qual conste a relação jurídica de emprego público, a categoria detida e respetiva posição remuneratória, o tempo de serviço na carreira e em funções públicas;
 - c) Fotocópia do documento comprovativo das habilitações literárias.

A seleção dos candidatos será efetuada com base na análise do currículo profissional, complementada, quando se justifique, com entrevista, sendo apenas convocados os candidatos selecionados e que preencham os requisitos de admissão.

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.
